

O desenvolvimento do conhecimento sobre o “outro” e o ofício do antropólogo

3 O trabalho de campo



Início de conversa

Este tema apresenta ao leitor informações pertinentes ao trabalho do antropólogo em campo. Mostra que o “descentramento” é da maior importância para a compreensão do “outro” e da própria sociedade do observador. Aponta as contribuições da antropologia, obtidas por intermédio do trabalho de campo, para a promoção da tolerância entre os povos e do respeito que devemos aos animais não humanos. Destaca, por fim, o papel central da “observação participante” e o emprego de outras técnicas e instrumentos de pesquisa adotados pela antropologia.

Mãos à obra

TÓPICO 1 O “descentramento”

A partir do início do século XX, a pesquisa em antropologia alcança resultados muito mais convincentes mediante o emprego sistemático do trabalho de campo. Isso significa que o próprio antropólogo passa a se deslocar até os grupos sociais escolhidos para a investigação e neles permanece por um período de tempo prolongado, colhendo direta e metodicamente os seus dados. Não se trata mais, portanto, de construir modelos conjecturais a respeito da evolução da humanidade ou de selecionar e classificar informações “exóticas”, aberrantes, anedóticas ou curiosas a respeito de outras culturas, as fragmentadas informações de segunda mão registradas por viajantes, missionários, administradores coloniais e demais escritores desprovidos de treinamento especializado (DA MATTA, 1981).

A propósito dessas informações colhidas apressadamente, Malinowski (1986: 30) assinala a enorme diferença entre os “mergulhos esporádicos na vida dos nativos” e o prolongado contato com eles, por meio do qual “familiarizamo-nos com seus costumes

e crenças”. E, a respeito do caráter duvidoso, usualmente subjetivo, das informações anotadas por observadores desprovidos de formação especializada, adverte que “quando um comerciante, um missionário ou um funcionário entra em relações ativas com os nativos, é para transformá-los, influenciá-los ou utilizá-los”, o que resulta na impossibilidade de procederem à observação sincera, real, imparcial e correta (MALINOWSKI, 1986: 41).



Na medida em que o antropólogo se afasta de sua sociedade e de sua cultura, deslocando-se, física e mentalmente, na direção do “outro”, ele realiza um exercício de “descentramento”, ou seja, passa a encarar outros costumes de uma maneira tão neutra quanto possível, evitando julgamentos, o que também lhe permite avaliar o seu próprio modo de vida a partir de uma perspectiva mais crítica. Portanto, ele se “distancia” de seu mundo e, a um só tempo, se “aproxima” de outros universos socio-culturais. Assim procedendo, demonstra que não há um modo de vida “natural”, superior ou único, como postula o senso comum. Por isso, o “descentramento” constitui um antídoto para o etnocentrismo.

Esse exercício, chamado por alguns antropólogos de “relativizar”, leva o estudioso a compreender que a diversidade cultural é inerente aos humanos e expressa as singulares e criativas soluções encontradas pelas diferentes sociedades em seu processo de adaptação material e simbólica às variadas regiões geográficas do planeta e às culturas em seu entorno.

Para Da Matta (1981: 157), o antropólogo realiza, dessa maneira, “(...) uma dupla tarefa, que pode ser grosseiramente contida nas seguintes fórmulas: (a) transformar o exótico em familiar e/ou (b) transformar o familiar em exótico”. Essa “dupla tarefa” desbrava o caminho para a percepção de que tudo aquilo que nos parecia evidente, “natural”, deve-se, em grande parte, aos fatos da cultura. Presos a uma única cultura, estaremos cegos às demais e míopes com relação à nossa (LAPLANTINE, 1988).

É nesse “olhar descentrado”, conduzido pelo refinado instrumental desenvolvido no estudo das assim chamadas “sociedades primitivas”, que reside a especificidade da antropologia. Embora tenham constituído o primeiro “objeto” das reflexões antropológicas, essas sociedades não se configuram como o exclusivo campo de trabalho do antropólogo, pois ele se ocupa do estudo de qualquer grupo social, inclusive daqueles localizados no seio das sociedades modernas, plurais, complexas e hierarquizadas. É por isso que se pode falar de uma antropologia urbana, de uma antropologia do campesinato etc.

As assim chamadas “sociedades primitivas” constituíram o campo de trabalho inicial do antropólogo no quadro do contexto colonial na medida em que se mostraram diferentes e se localizavam em regiões geograficamente distantes das sociedades do estudioso. As demais disciplinas científicas também se encontravam em processo de formação nos séculos XVIII e XIX. Como os cânones positivistas da época impunham uma nítida separação entre o sujeito do conhecimento e o seu objeto, a antropologia reivindicou para si as sociedades exteriores às regiões da civilização ocidental. Como bem compreendeu Laplantine (1988: 14), “enquanto a separação (sem a qual não há experimentação possível) entre o sujeito observante e o objeto observado é obtida na física (como na biologia, botânica ou zoologia) pela natureza suficientemente diversa dos dois termos presentes, na história, pela distância no tempo que separa o historiador da sociedade estudada, ela consistirá, na antropologia, nessa época – e por muito tempo – em uma distância

definitivamente geográfica. [Por esta razão] As sociedades estudadas pelos primeiros antropólogos são sociedades *longínquas*" (grifo do autor).

TÓPICO 2 Observação participante



A **observação participante** é o procedimento por excelência da pesquisa em antropologia, notadamente (mas não exclusivamente) quando uma investigação se desenvolve no contexto de formações sociais geograficamente mais afastadas e culturalmente diferentes da sociedade de origem do antropólogo. Nesses casos, a permanência do pesquisador em campo costuma se prolongar, não sendo incomum que ele também passe a residir entre aqueles que o acolheram.

Na medida em que o antropólogo participa ativamente da vida quotidiana do grupo, procurando agir, pensar e sentir como os seus hospedeiros, vai se familiarizando com modos de vida estranhos aos seus, o que lhe permite entender a lógica e os significados de diferentes práticas e costumes.

A observação participante possibilita que o pesquisador possa se impregnar das categorias mentais do "outro" para melhor compreendê-lo. Todavia, por mais que esse processo seja bem-sucedido, jamais o antropólogo se converterá plenamente em um desses "outros", nem assim será considerado pelos que o acolheram.

Ex:

Considera-se a observação participante um procedimento de grande valia no estudo de grupos parciais de sociedades complexas, como se pode constatar por meio do estimulante livro escrito por Loïc Wacquant (2002), um relato dos resultados da pesquisa que realizou durante três anos no âmbito de um ginásio de esportes em Chicago, EUA, localizado em uma área pobre da cidade e caracterizada pela expressiva presença de afro-americanos. O autor passou a se dedicar à prática do boxe para melhor compreender o universo desse esporte, convertendo-se em um de seus próprios investigados. Os seus achados são notáveis, sobretudo aqueles pertinentes à "produção" do corpo dos boxeadores e às suas relações com empresários que os exploram.

Anthony Seeger, antropólogo norte-americano que realizou pesquisas entre os índios Suyá do Xingu, relata as dificuldades de sua vida na aldeia, observando que, no início, foi tratado como uma criança, pois, embora adulto, desconhecia o idioma, os costumes e as técnicas indígenas de obter alimentos. Nas palavras do próprio Seeger, "(...) fui criado pelos Suyá. [De início] trataram-me como uma criança – o que eu era, pois não sabia falar ou ver como eles viam. (...) Não compensava para os adultos despendem seu tempo me ensinando, e por isso me mandavam sair com os meninos que sabiam mais do que eu" (SEEGER, 1980:34). Entretanto, sua permanência se estendeu, e Seeger foi se familiarizando com a cultura dos Suyá, à medida que participava intensamente da vida na aldeia. Em suma, a observação participante abriu-lhe as portas para um intenso convívio com os adultos e os caminhos para uma profunda percepção compreensiva desses índios e seu modo de vida.

As observações mais ricas e esclarecedoras são, portanto, obtidas mediante a ativa participação do pesquisador em todas as atividades, das mais corriqueiras às mais ritualizadas, que têm lugar na vida das sociedades ou grupos investigados. Isso demanda tempo e formação especializada, e não é à toa que a investigação antropológica seja uma das mais prolongadas.

Contudo, alguns autores fazem sérias ressalvas à pretensa objetividade da observação participante. Os argumentos mais críticos destacam o mito da neutralidade da ciência ocidental, pois a prática científica, tal como empreendida no cenário acadêmico, seria cativa dos interesses e valores das classes dominantes. Esse comprometimento deveria ser alterado mediante um pacto estabelecido com os segmentos subalternos, para que seja possível colocar a ciência a serviço dos autênticos interesses populares e assim contribuir para o desenvolvimento autônomo e a emancipação de populações indígenas, camponesas, operárias etc.

Somente um compromisso ético-político entre os pesquisadores e as referidas populações subalternas – para além do mero “retorno” dos resultados das investigações para os sujeitos interessados (ou do procedimento de “conceder voz aos oprimidos”) –, envolvendo uma participação autêntica e efetiva do pesquisador nas causas populares, tal como definidas pelos próprios sujeitos, poderia configurar tal pacto. Nesse sentido, os intelectuais “engajados” ou “orgânicos” não desqualificariam nem subestimariam o conhecimento espontâneo (folclore, saber prático, senso comum) e tampouco as práticas políticas dos seus sujeitos. Em alguma medida, estariam submetidos, juntamente com os seus saberes, à avaliação dos que sofrem a experiência da pesquisa, rompendo-se, dessa forma, a acentuada assimetria que caracteriza a relação entre sujeito e objeto. Esse compromisso visaria combater a miséria, fome, violência, opressão, exploração, degradação ambiental (BORDA, 1985).



TÓPICO 3 Promovendo a tolerância



Presumia-se, tendo em vista o progressivo desaparecimento das “sociedades primitivas” – pois elas, se não decresciam numericamente, assemelhavam-se cada vez mais às sociedades ocidentais –, que a antropologia estaria fadada a ficar desprovida de objeto. Claude Lévi-Strauss ofereceu uma consistente resposta a esse falso dilema, argumentando que cabe ao antropólogo investigar e compreender modos de ser, pensar e sentir que causam problemas entre os homens, pouco importando o contexto em que se manifestam. Logo, a vocação maior da antropologia é a de contribuir para ampliar as fronteiras da humanidade, usualmente tão estreitadas pela percepção etnocêntrica e por outras modalidades de julgamentos preconcebidos.

O geneticista Oswaldo Frota-Pessoa (1996) supõe a atuação de duas inclinações humanas, ambas selecionadas em nosso passado evolutivo: a) a que nos predispõe a ser hostis com os estranhos quando se trata de proteger

e favorecer a própria família; b) a que nos predispõe a alargar sucessivamente o estreito círculo do grupo familiar para nele incorporar a humanidade e até mesmo os animais.

Keith Thomas (1988) assinala que a sociedade ocidental exhibe uma acentuada inclinação antropocêntrica, ideologia que remonta ao início da Idade Moderna, quando se difunde um antropocentrismo exacerbado, fundamento do predomínio dos homens sobre o mundo natural, cenário em que os animais são vistos como criaturas desprovidas de direitos, destinadas a servir, sem restrições, aos nossos propósitos.

Desmond Morris, em *O contrato animal* (1990), aludindo à famosa obra de Rousseau, *O contrato social*, argumenta que rompemos o contrato com os outros animais desde que passamos a subjugar e explorá-los, alterando, assim, o equilíbrio natural entre as espécies que compartilham o planeta. A reparação desse contrato dependeria de uma radical alteração do contrato atualmente vigente entre os próprios homens.

Ex:

Esse rígido e deletério antropocentrismo não impede, contudo, que pessoas marginalizadas no sistema hegemônico estabeleçam um outro tipo de pacto com os animais, incorporando-os em sua existência rotineira, tratando-os com dignidade, deferência e simetria. É o caso, por exemplo, de numerosos "moradores de rua" da cidade de São Paulo, um expressivo contingente de homens e mulheres que vivem e pernoitam ao relento e obtêm os seus meios de vida recorrendo à mendicância, à coleta de produtos rejeitados ou comercializando mercadorias baratas.

Essas pessoas, geralmente afastadas do convívio e dos vínculos familiares, sobrevivem em situação de penúria e de extrema vulnerabilidade, sujeitando-se a toda sorte de intolerância, humilhações, violência, preconceito e discriminação. São homens e mulheres habitualmente avulsos, despojados de emprego, família, teto, privacidade e documentos de identidade, "não pessoas" que ocupam espaços públicos criados para neles não se permanecer.

Os "moradores de rua" são taxados de vagabundos, imprestáveis, sujos, marginais, figuras incômodas e poluidoras da paisagem urbana. As suas histórias de vida pouco variam: migrantes desgarrados, desempregados e subempregados, ex-presidiários, portadores de deficiência física ou mental, desiludidos de todo tipo, ex-prostitutas, alcoólicos etc. – enfim, pessoas que se desorganizaram no emaranhado das tramas e dos dramas da vida. Muitos deles sobrevivem das sobras do consumo urbano, coletando restos de papel, papelão, madeira, ferro-velho, garrafas.

Constata-se que não são poucos os "moradores de rua" que se fazem acompanhar de cães, com os quais estabelecem relações afetivas. As suas falas, quando entrevistados, são sempre as mesmas: "O animal é como se fosse a família da gente"; "Eu me sinto mãe dos cachorros; quando chove, carrego eles no colo"; "O cão protege, dá carinho, de irmão para irmão"; "Gosto mais de cachorro do que de gente. O cão não falha, não xinga, não tem falsidade, não sabe o que é o dinheiro. Passamos frio, fome e chuva juntos. Nunca abandona a gente" (QUEIROZ, 2010: 194).

Para os "moradores de rua" entrevistados, ademais de afeto e lealdade, os cães lhes oferecem segurança, notadamente à noite, protegendo-os de furtos e agressões, que não são raras, a julgar pelas notícias dos violentos ataques que vitimam "moradores de rua" covardemente queimados, agredidos a porretes e barras de ferro.

Mas há um aspecto adicional a ser destacado: é por intermédio de seus cães que essas “não pessoas” recuperam parte da humanidade que lhes foi subtraída, despertam a simpatia de transeuntes que se comovem com um contrato tão simétrico, predispondo-se a ofertar-lhes algumas palavras, auxílio e compaixão: “As pessoas tratam a gente melhor quando tem um cão ao lado; elas veem o carinho pelo cão” (QUEIROZ, 2010: 194). Tudo faz crer, então, que o professor Frota-Pessoa estava coberto de razão ao reconhecer a força da inclinação que faz dos humanos criaturas capazes de expandir as fronteiras da humanidade, para nela incluir todos os seres vivos. À luz dessa compreensão, cabe à antropologia estimular, através de seus estudos, essa acolhedora inclinação, contribuindo para a tolerância e a solidariedade entre os povos.



Agora que terminamos a leitura do Tema 3, vamos acessar a Aulaweb para revisar e aprofundar nossos conhecimentos por meio de vídeos, exercícios e autotestes, entre outros.

RedeFor